

Terra Fria está cada vez mais quente, segundo plano para alterações climáticas

26 de Setembro, 2018

A Terra Fria Transmontana está cada vez mais quente, com evidências em dados recolhidos num estudo para um plano de adaptação do território às alterações climáticas, apresentado hoje, em Bragança. A Terra Fria está cada vez mais quente, segundo plano para alterações climáticas. O plano apresenta 30 medidas para os cinco concelhos da Associação de Municípios da Terra – nomeadamente Bragança, Vinhais, Vimioso, Mogadouro e Miranda do Douro – depois de feito um estudo do histórico de fenómenos na região, em parceria com várias entidades, refere a agência Lusa.

Uma das evidências está na agricultura, como indicou João Medina, consultor da Sociedade Portuguesa de Inovação (SPI), a empresa responsável pelo trabalho, explicando que as culturas da Terra Fria, a norte do distrito de Bragança, são cada vez mais as culturas da Terra Quente, no centro da região.

“Mais cultura de oliveira, mais cultura de amendoal, menos cultura de castanheiro ou o castanheiro a aparecer cada vez a altitudes maiores à procura do frio, que já não tem nas altitudes mais baixas”, concretizou. O técnico ressaltou, contudo, que “ainda são conclusões relativamente empíricas com base num histórico relativamente curto”.

“São tendências, não podemos dizer que – esta dos castanheiros e das oliveiras – é cientificamente provado, que já são períodos de 30, 50 ou 100 anos, que isto merece ser estudado, mas parece-nos que é essa a tendência”, afirmou.

Segundo explicou, para elaboração deste plano foi analisado o histórico da região, recorrendo à consulta do que foi transmitido pela comunicação social, “para ver o que tinha sido notícia de cheias, deslizamentos de terras, incêndios, secas”. Este trabalho foi feito também junto da Proteção Civil.

Nos cenários desenhados para “vários horizontes temporais de 20, 40, 60 anos”, adiantou que “se vê que há uma tendência clara para aumento de temperatura, um aumento do número de período de precipitação intensa e dos períodos de seca”.

“Isto parece contraditório, mas não é. Pode chover até o mesmo que agora, o que acontece é que vai chover de uma forma mais concentrada: há mais períodos de seca e de precipitação intensa”, declarou.

Com o envolvimento de diferentes entidades foram apontadas 30 medidas para que o território esteja mais adaptado às alterações climáticas destinadas à sociedade, para a economia e para os ecossistemas.

João Medina deu como exemplo a agricultura, apontando que “para o território estar mais defendido, perante os fenómenos de seca, [pode ser criado] um sistema integrado de regadios, aproveitando a bacia transmontana do rio Douro e vários afluentes”.

Na parte da sociedade, há medidas como mais sombreamentos nas cidades, para que o efeito do calor seja menos sentido, particularmente “num território envelhecido”.

O plano propõe a criação de uma linha de apoio à população idosa, para em momentos de ondas de calor saber o que fazer em termos de cuidados de saúde e bem-estar, à semelhança do que já acontece em países como a Alemanha ou a Espanha.

Outro exemplo tem a ver com medidas de “poupança de água em períodos de seca e como é que se introduzem mecanismos de controlo nas redes que permitem que não haja desperdícios de água”.

Cada município poderá adotar as medidas adequadas à sua realidade e por isso, como explicou, “esta estratégia não tem no imediato um envelope financeiro associado”.

O estudo conclui que os fenómenos que se verificam com mais frequências nesta região “são os que derivam de períodos de seca, de períodos de calor: incêndios, períodos de precipitação intensa com deslizamentos de terras e cortes de estradas”.

“Também há alguns outros fenómenos que não têm danos tão graves, mas são relativamente frequentes: cortes de estradas devido a nevões, períodos de neblina intensa a criar dificuldades de circulação, períodos de geadas, nomeadamente fora de época com consequências para as culturas”, acrescentou.

Este plano está inserido numa estratégia nacional de adaptação às alterações climáticas e realizado num trabalho conjunto da SPI e do Instituto do Ambiente e do Desenvolvimento da Universidade de Aveiro, Instituto Politécnico de Bragança.